

ASSISTÊNCIA SOCIAL
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
PROTEÇÃO SOCIAL INTEGRAL AO CIDADÃO
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS
33903200MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO
GRATU 150,00

TOTAL.....R\$ 21.400,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Monte Carmelo, 01 de Julho de 2014.

Fausto Reis Nogueira
Prefeito Municipal

Vilson Vieira Borges
Secretário Municipal de Governo

Sebastião Cassiano de Oliveira
Controlador Geral do Município

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL
DO MUNICÍPIO

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 223

IMPRESSÃO: PREFEITURA MUNICIPAL
MONTE CARMELO
(34)3842-5880



DIÁRIO OFICIAL DO
MUNICÍPIO

Órgão Oficial do Município	Dia 12 de Setembro de 2014 Lei nº 661 de 09 de abril de 2007	Ano VIII	Nº 771
----------------------------	---	----------	--------



PREFEITURA MUNICIPAL DE
MONTE CARMELO
ESTADO DE MINAS GERAIS



DECRETO Nº 1347 DE 01 DE JULHO DE 2014.

“Dispõe sobre a gestão da frota de veículos pertencente à Administração Pública Direta e autarquia do Município de Monte Carmelo.”

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 70, inciso VI da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Para os efeitos deste Decreto consideram-se veículos automotores oficiais os de propriedade do Município, que são utilizados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e da Autarquia Municipal.

§ 1º - O uso dos veículos a que se refere este artigo sujeita-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas na legislação de trânsito vigente, neste Decreto.

Art. 2º - Os veículos oficiais classificam-se em:

- I - de representação;
- II - de serviço.

Art. 3º - São veículos de serviço, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro:

- I - de passageiro;
- II - de carga;
- III - misto;
- IV - tração.

CAPÍTULO II
DA SOLICITAÇÃO

Art. 4º - Os veículos oficiais deverão ser solicitados por meio do preenchimento do Formulário de Requisição (Anexo I).

Art. 5º - As Requisições deverão ser feitas pelos servidores que utilizarão o veículo, devidamente autorizadas pelo secretário municipal ou servidor público designado para controle de frotas, e entregues ao responsável pela frota em cada secretaria, designado por instrumento formal.

Art. 6º - Todas as requisições deverão ser feitas com antecedência mínima de 48 horas salvo casos excepcionais.

CAPÍTULO III
DAS OBRIGAÇÕES

Seção I
Dos Motoristas

Art. 7º - São obrigações dos motoristas:

- I – preencher corretamente a planilha contida em cada veículo, informando nome do condutor, data, hora e quilometragem de saída, setor ao qual pertence, data, hora e quilometragem de chegada. (Anexo II);
- II – dirigir os veículos oficiais de acordo com as normas de trânsito;
- III – dirigir somente os veículos permitidos pela categoria de sua carteira nacional de habilitação – CNH;
- IV – dirigir obedecendo às características técnicas do veículo;
- V – obedecer às sinalizações de trânsito;
- VI – não dirigir sob efeito de sedativo, estimulantes ou bebida alcoólica;
- VII – não fumar no interior do veículo;

- VIII – obedecer ao roteiro proposto, sendo vedada a alteração de destino sem prévio conhecimento da Administração;
- IX – não estacionar em locais que possam denegrir a imagem da Prefeitura;
- X – não entregar a direção do veículo a outra pessoa sem consentimento do responsável pela frota;
- XI – verificar se o veículo encontra-se de acordo com as especificações técnicas;
- XII – entregar o veículo, depois da utilização, preferencialmente abastecido, sendo retirados objetos pessoais e de consumo do seu interior;
- XIII – vistoriar o veículo antes da sua entrega, para não deixar objetos e documentos em seu interior;
- XIV – informar imediatamente a Administração quanto a possíveis sinistros ou defeitos que impeçam o uso do veículo, para que esta tome as providências cabíveis;
- XV – verificar se o documento do veículo está disponível em seu interior;
- XVI – prestar socorro às vítimas de acidentes sempre que, para tanto, seja solicitado ou quando presenciar o fato, procurando obter comprovante de autoridade policial, a fim de atestar o desvio de itinerário. Constitui crime contra a pessoa (Art. 135 do Código Penal) a omissão de socorro, seja quando houver possibilidade de fazê-lo sem risco ou quando deixar de pedi-lo à autoridade pública competente.

Seção II
Do Responsável pela Frota

Art. 8º - São obrigações do Responsável pela Frota:

- I – agendar a utilização do veículo;
- II – verificar a disponibilidade dos veículos, no momento do recebimento da requisição, e informar, imediatamente, quando não houver carro disponível;
- III – determinar o tipo de veículo, de acordo com a categoria da CNH do motorista;
- IV – escalar motorista quando necessário;
- V – providenciar a diária do motorista, por meio do sistema de concessão de diárias e passagens (SCDP), quando necessário;
- VI – autorizar a saída do veículo;
- VII – manter controle diário dos veículos, quanto a quilometragem, prazo de manutenção e gasto de combustível.

Art. 9º - Cada Secretaria terá um responsável que desenvolverá um cronograma de manutenção de veículos, bem como providenciará o licenciamento e a inspeção veicular. (Anexo III).

Art. 10 - Caberá, ainda, a este responsável fazer uma inspeção geral no veículo quando devolvido, atentando-se aos seguintes aspectos:

- I – ferramentas e equipamentos de segurança;
- II – funilaria, tapeçaria e mecânica;
- III – sistema elétrico;
- IV – pneus;
- V – manutenções programadas: dever-se-á verificar o manual de fabricação de cada veículo.

CAPÍTULO IV
DA GUARDA

Art. 11 - O veículo oficial será guardado em garagem de propriedade do município.

CAPÍTULO V
Do Uso

Art. 12 - O veículo de serviço será utilizado somente nos dias úteis, das 6h às 20h.

§ 1º - Em casos excepcionais, comprovada a necessidade do serviço, o Chefe de divisão do órgão ou, na sua ausência, o diretor ou autoridade equivalente, responsável pela área de transportes da Secretaria, poderá autorizar o uso de veículo fora do horário fixado no “caput” deste artigo, cabendo ao usuário e/ou condutor a responsabilidade pelos excessos verificados.

12/09/14

§ 2º - Fora dos horários autorizados, os veículos permanecerão, obrigatoriamente, nas respectivas garagens, sob pena de responsabilidade.

Art. 13 - O uso de veículo oficial só será permitido a quem tenha:

I - obrigação decorrente de representação oficial pela natureza do cargo ou função;

II - necessidade de afastar-se, em razão do cargo ou função, da sede do serviço respectivo, para fiscalizar, inspecionar, diligenciar, executar ou dirigir trabalhos que exijam o máximo de aproveitamento de tempo.

Art. 14 - É proibido o uso de veículo oficial ao servidor público quando afastado, por qualquer motivo, do exercício da respectiva função.

Art. 15 - É vedado o uso de veículo oficial de serviço para:

I - fazer transporte coletivo ou individual de servidor, da residência para o serviço ou vice-versa, excetuada a hipótese de viagem a serviço, devidamente comprovada e autorizada;

II - fazer o transporte de pessoas estranhas ao serviço público, salvo no caso de interesse público;

III - transportar servidor ou qualquer outra pessoa para casa de diversão, supermercado, escola ou qualquer outro local, para atender interesses alheios ao serviço;

IV - servir de transporte para passeio ou excursão de qualquer natureza;

V - transitar, sob qualquer pretexto, sem que seu velocímetro esteja em perfeito estado de funcionamento;

VI - transitar aos sábado, domingos e feriados, salvo para desempenho de atividade ou encargo inerente ao serviço;

VII - transitar fora do horário normal de serviço, que ocorre entre as 6h e às 20h, salvo para desempenho de atividade ou encargo inerente ao serviço público ou por interesse público comprovado;

VIII - ser guardado em garagem particular, salvo no caso de recolhimento a oficina para reparo ou conserto autorizado;

IX - ser guardado ou estacionado em lugar impróprio, salvo para desempenho de atividade ou encargo inerente ao serviço;

X - transitar sem portar documentação e equipamentos exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro;

XI - transitar, em qualquer circunstância, sem o formulário “Autorização de Saída de Veículo”, devidamente preenchido e assinado pelo agente competente do órgão ou entidade de origem.

Art. 16 - As proibições descritas nos incisos VI, VII do artigo anterior não se aplicam a veículos caracterizados como ambulâncias e de natureza escolar

Parágrafo único - Responderá funcionalmente o servidor ou dirigente que permitir a prática de ato vedado por este Decreto.

Art. 17 - O condutor de veículo oficial não poderá, sob qualquer pretexto, afastar-se do mesmo enquanto não estiver regularmente estacionado.

Parágrafo único - O disposto no “caput” deste artigo não se aplica aos condutores de veículos utilizados em serviços de urgência, tais como incêndio, salvamento, fiscalização, operação de trânsito e de ambulâncias.

Art. 18 - Somente o motorista habilitado, titular do cargo de motorista do quadro específico do órgão ou entidade a que pertencer, poderá conduzir veículo oficial.

Parágrafo Único - Em casos excepcionais, poderá a secretaria municipal de fazenda, autorizar a condução de veículos oficiais por servidores públicos não ocupantes de cargo de motorista, desde que devidamente habilitados e credenciados, conforme instruções a serem baixadas.

Art. 19 - É proibido ao condutor de veículo oficial ceder a direção a terceiros.

Art. 20 - O condutor de veículo oficial é responsável pelas infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro e em seu Regulamento, decorrentes de atos praticados na direção do veículo.

§ 1 - A multa de trânsito imposta a condutor de veículo oficial será encaminhada ao órgão de lotação do veículo para identificação do infrator e, se for o caso, para ser efetuado o desconto em folha de pagamento, nos limites da lei, a favor da repartição de trânsito autuadora, sendo-lhe garantido o contraditório e a ampla defesa nos termos do decreto municipal nº 292 de 08 de Fevereiro de 2007.

CAPÍTULO VI

DAS OCORRÊNCIAS E ACIDENTES DE TRÂNSITO

Art. 21 - Em caso de acidente, o condutor deverá:

I – fazer o Boletim de Ocorrência, mesmo que não haja vítima;

II – abster-se de assinar qualquer declaração de culpa, acordo ou admissão da responsabilidade pelo ocorrido;

III – em avarias que não impeçam a locomoção do veículo, deve-se desobstruir a via liberado o tráfego do local do acidente;

IV – comunicar o fato imediatamente à chefia imediata;

V – em acidentes com vítima, solicitar o comparecimento de autoridade policial para lavrar Boletim de Ocorrência, sendo da competência do policial acionar a perícia;

VI – solicitar o Boletim de Ocorrência independente de o condutor do outro veículo ter cobertura do Seguro de Responsabilidade Civil Facultativo contra danos materiais ou se declarar culpado. Solicitar do policial comprovante que possibilite a retirada de cópia do boletim de Ocorrência junto à Delegacia de Polícia local.

VII – caso o policial declare não ser necessária à presença da perícia, este deverá relatar o fato no Boletim de Ocorrência, com a devida justificativa.

VIII – em caso de fuga do condutor do outro veículo envolvido, dirigir-se à Delegacia de Polícia mais próxima e relatar o ocorrido, fornecendo, se possível, a placa do veículo conduzido pelo infrator e nomes de testemunhas.

IX – anotar, se possível, o nome, endereço, RG, CPF e depoimento de pessoas testemunhas do incidente para conclusão do processo.

X – em caso de acidentes com vítimas, deve-se acionar a Polícia Militar por meio dos telefones 190 e 196 (resgate).

XI – havendo necessidade de remoção de vítimas para hospital, outro veículo que não esteja envolvido no acidente deve ser usado – dentro do possível – evitando-se, assim, a retirada do veículo acidentado.

XII – na impossibilidade de comparecimento da Polícia Técnica ao local onde ocorreu o acidente, deve-se encaminhar o veículo para vistoria no mesmo dia, no caso de acidentes com vítimas.

XIII – não havendo comparecimento da autoridade de trânsito ao local do acidente sem vítima, deslocar-se, com parte envolvida, à Delegacia de Polícia mais próxima, para que seja lavrado o Boletim de Ocorrência.

XIV – nas instituições de pane, acidente ou colisão, evitar o abandono do veículo, a menos que sua ausência seja imperiosa.

Art. 22 - Em caso de furto ou roubo o condutor deverá:

I – informar, imediatamente, via telefone ou diretamente, à autoridade policial.

II – comunicar, a seguir, a chefia imediata.

III – lavar o Boletim de Ocorrência.

IV - entregar o documento recebido pela policia ao seu chefe imediato.

Art. 23 - Em caso de multas de transito o motorista deverá:

I – registrar a multa recebia no verso da Requisição de Veículo Oficial.

II – Comunicar o fato à sua chefia imediata assim que regressar à garagem, entregando a notificação de multa de trânsito, a qual deverá tomar as providências cabíveis.

CAPÍTULO VII

DA APURAÇÃO DE OCORRÊNCIAS E ACIDENTES DE TRÂNSITO

Art. 24 - Para ocorrências e acidentes de trânsito deverá ser aberto um processo administrativo, a fim de apurar os fatos e averiguar as possíveis responsabilidades.

Art. 25 - O processo administrativo deverá ser instruído com:

I – ficha de acidente com veículo;

II – cópia da portaria de designação do responsável pelo processo administrativo;

III – cópia do Boletim de Ocorrência, expedida pela autoridade policial da circunscrição do local do acidente;

IV – Termo de Vistoria;

V – estimativa dos custos para conserto do veículo, com três orçamentos detalhados;

VI – avaliação do veículo com preço de mercado anterior e posterior ao acidente;

VII – laudo pericial, expedido por autoridade competente;

VIII – cópia da apólice de seguro;

IX – fotos do veículo.

CAPÍTULO VIII

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 26 - Caberá à Prefeitura responsabilizar-se pelos danos que seus servidores causarem a terceiros, mas isso não eximirá o servidor da sua responsabilidade civil, penal e administrativa.

Art. 27 - Caso o responsável pelo dano seja o servidor, este ficará responsável pela indenização ao erário do valor da franquia do seguro ou do custo de reparo do veículo oficial.

12/09/14

44905100OBRAS E INSTALAÇÕES 25.000,00

02 MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO
60 SEC. MUNIC. OBRAS, TRANSP. E SERVIÇOS PÚBLICOS
03 DEPARTAMENTO DE OBRAS
15 URBANISMO
451 INFRAESTRUTURA URBANA
4035 INVEST. EM INFRA-ESTRUTURA PARA O DESENVOLV.
10290 RECAPEAMENTO DE VIAS URBANAS
44905100OBRAS E INSTALAÇÕES 125.000,00

02 MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO
60 SEC. MUNIC. OBRAS, TRANSP. E SERVIÇOS PÚBLICOS
03 DEPARTAMENTO DE OBRAS
15 URBANISMO
451 INFRAESTRUTURA URBANA
4035 INVESTI. EM INFRA-ESTRUTURA PARA O DESENVOLV.
20489 PROMOVER SERVIÇOS DE INFRA-ESTRTURA URBANA
31901300OBRIGAÇÕES PATRONAIS 85.000,00

02 MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO
60 SEC. MUNIC. OBRAS, TRANSP. E SERVIÇOS PÚBLICOS
03 DEPARTAMENTO DE OBRAS
18 GESTÃO AMBIENTAL
541 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL
4020 FORTALECIMENTO DA ECONOMIA DO MUNICIPIO
10282 PARQUE DA MATINHA
44905100OBRAS E INSTALAÇÕES 10.000,00

02 MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO
60 SEC. MUNIC. OBRAS, TRANSP. E SERVIÇOS PÚBLICOS
03 DEPARTAMENTO DE OBRAS
20 AGRICULTURA
605 ABASTECIMENTO
4020 FORTALECIMENTO DA ECONOMIA DO MUNICIPIO
10256 CONSTRUÇÃO MERCADO MUNICIPAL
44905100OBRAS E INSTALAÇÕES 20.000,00

02 MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO
60 SEC. MUNIC. OBRAS, TRANSP. E SERVIÇOS PÚBLICOS
03 DEPARTAMENTO DE OBRAS
20 AGRICULTURA
606 EXTENSÃO RURAL
4020 FORTALECIMENTO DA ECONOMIA DO MUNICIPIO
10259 CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PONTES E MATA-BURROS VICINAIS
44905100OBRAS E INSTALAÇÕES 6.000,00

02 MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
90999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
99999900RESERVA DE CONTINGÊNCIA 80.000,00

TOTAL.....R\$ 535.300,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Monte Carmelo, 01 de Julho de 2014.

Fausto Reis Nogueira
Prefeito Municipal

Vilson Vieira Borges
Secretário Municipal de Governo

Sebastião Cassiano de Oliveira
Controlador Geral do Município

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS
DECRETO Nº 1350 DE 01 DE JULHO DE 2014.

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional de Remanejamento no orçamento vigente."

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III,

do § 1º do Art. 43, da Lei 4.320/64, do Art. 4º da Lei 1137, de 20 de dezembro de 2013, e no inciso VI do artigo 70 da lei orgânica do município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito de REMANEJAMENTO no valor de **R\$ 21.400,00** (Vinte e um mil e quatrocentos reais), destinados ao reforço às dotações orçamentárias:

02 MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO
20 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
04 ADMINISTRAÇÃO
123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
4001 GOVERNO P/ TODOS C/ RESPONS., EFICIÊNCIA E TRANSPARÊNCIA
20185 GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DA FAZENDA
33903900OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 2.000,00

02 MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO
25 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
12 EDUCAÇÃO
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL EDUCAÇÃO
4001 GOVERNO P/ TODOS C/ RESPONS., EFICIÊNCIA E TRANSPARÊNCIA
20230 GESTÃO DAS AÇÕES DA SEC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
33903900OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 1.750,00

02 MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO
41 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08 ASSISTÊNCIA SOCIAL
244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
4015 PROTEÇÃO SOCIAL INTEGRAL AO CIDADÃO
20355 PROMOÇÃO À PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
33903600OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 17.500,00

02 MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO
41 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08 ASSISTÊNCIA SOCIAL
244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
4015 PROTEÇÃO SOCIAL INTEGRAL AO CIDADÃO
20359 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS EVENTUAIS
33903200MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATU 150,00

TOTAL.....R\$ 21.400,00

Art. 2º - Os recursos destinados a atenderem as despesas decorrentes da abertura deste crédito, serão os decorrentes da anulação das seguintes dotações:

02 MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO
20 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
04 ADMINISTRAÇÃO
123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
4001 GOVERNO P/ TODOS C/ RESPONS., EFICIÊNCIA E TRANSPARÊNCIA
20185 GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DA FAZENDA
33903600OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 2.000,00

02 MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO
25 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
12 EDUCAÇÃO
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL EDUCAÇÃO
4001 GOVERNO P/ TODOS C/ RESPONS., EFICIÊNCIA E TRANSPARÊNCIA
20230 GESTÃO DAS AÇÕES DA SEC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
44905200EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.750,00

02 MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO
41 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08 ASSISTÊNCIA SOCIAL
244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
4015 PROTEÇÃO SOCIAL INTEGRAL AO CIDADÃO
20355 PROMOÇÃO À PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
33903600OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 17.500,00

02 MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO
41 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

REQUISIÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL	
- Solicito utilização de veículo oficial conforme informações abaixo:	
Modelo: _____	Placa: _____
Data: ____/____/____	Horário: _____
2 - Para atender ao(s), _____	
Sr(a): _____	
Condutores(es): 1. _____	
2. _____	
3 - Motivo: _____	

4 - Itinerário: _____	

5 - Local, data e assinaturas:	
Monte Carmelo, ____ de _____ de ____	
_____ Assinatura do Requirente	_____ Assinatura do Responsável pela Frota
6 - Dados do Veículo:	
Saída: Hora: _____	Km: _____
Chegada: Hora: _____	Km: _____
Total: Horas: _____	Km: _____
7 - Preencher caso necessário:	
AUTORIZAÇÃO	
Autorizo o(a) condutor(a) indicado(a) a conduzir o veículo oficial na data requisitada.	
_____ Assinatura da Autoridade Competente	
TERMO DE RESPONSABILIDADE	
Eu, _____, na qualidade de condutor(a) do veículo autorizado pela autoridade competente da Prefeitura, DECLARO, pelo presente, que tenho ciência do procedimento interno de utilização dos veículos oficiais.	
_____ Assinatura do(a) Condutor(a)	

ANEXO II

[illegible]

ANEXO III					
CRONOGRAMA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL					
Mês/ano: _____		Veículo: _____		Placa: _____	
Marca/Modelo: _____		Ano: _____			
DESCRIÇÃO	1ª SEMANA	2ª SEMANA	3ª SEMANA	4ª SEMANA	5ª SEMANA
1-NÍVEL:					
1.1 Óleo de motor *					
1.2 Óleo de freio					
1.3 Água do radiador *					
1.4 Água do <u>esquíncho</u> .					
1.5 Combustível					
2-FUNCIONAMENTO DA PARTE ELÉTRICA:					
2.1 Retrovisores					
2.2 Buzinas					
2.3 Limpador de parabrisa					
2.4 <u>Esmíncho.</u>					
2.5 Luz interna					
2.6 Luz do painel					
2.7 Luz alta					
2.8 Luz baixa					
2.9 Luz de ré					
2.10 Pisca-alerta/Pisca-pisca					
2.11 Faróletes					
2.12 Luz de freio					
2.13 Luz de placa					
3- FUNCIONAMENTO DOS INSTRUMENTOS:					
3.1 Velocímetro/Tacôgrafo					
3.2 Temperatura					
4- ESTADO DE CONSERVAÇÃO:					
4.1 Pneus <u>Stop</u> *					
4.2 Extintor de incêndio *					
4.3 Cintos <u>desequilíbrio</u> *					
4.4 Macaco / chave de roda					
4.5 Tampa do radiador					
4.6 Triângulo					
4.7 Freio de serviço *					
4.8 Freio de estacionamento					
4.9 Vazamentos de óleo					
4.10 Limp. Do veículo/bancos					
4.11 Acionador de vidros					
4.12 Rádio					
4.13 Para-choque traseiro					
4.14 Para-choque dianteiro					
4.15 Ar condicionado					
4.16 Estado dos bancos					
4.17 Trinco das portas Pino					
4.18 Portas					
4.19 Paralamas/ Laterais					
4.20 Escapamentos					
5 Sistema de Direção					
6 Sistema de Suspensão					
7 Sistema de Embreagem					
8 Licenciamento *					
9 Vistoria contrair *					
10 TAG - Sem Parar *					
11 Cartão abastecimento *					
AÇÃO REQUERIDA					
ITEM	DESCRIÇÃO DAS AÇÕES			RESPONSÁVEL	DATA
STATUS DAS AÇÕES					
LEGENDA: B=BOM I=INSUFICIENTE NE =NÃO EXISTE NA =NÃO SE APLICA					
OBSERVAÇÕES: "Quando os itens com asterisco estiverem insuficientes, o veículo não deverá ser utilizado".					

ANEXO IV

[illegible]

FICHA DE MANUTENÇÃO DE FROTA	
Troca de óleo:	
Data:	
Defeitos apresentados:	
Soluções:	



PREFEITURA MUNICIPAL DE
MONTE CARMELO
ESTADO DE MINAS GERAIS



DECRETO Nº 1348 DE 01 DE JULHO DE 2014.

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional ESPECIAL no orçamento vigente."

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III, do § 1º do Art. 43, da Lei 4.320/64, no inciso VI do artigo 70 da lei orgânica do município e,

Considerando o que dispõe a Lei Municipal N° 1187 de 25 de Junho de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito ESPECIAL no valor de **R\$ 80.000,00** (Oitenta mil reais), destinados ao reforço às seguintes dotações orçamentárias;

02	MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO
26	FUNDO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
13	CULTURA
391	PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO
4095	MONTE CARMELO EM CULTURA
20267	MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS TOMBADOS
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES 80.000,00

TOTAL.....R\$ 80.000,00

Art. 2º - Constituem recursos para abertura de crédito adicional especial acima citado, a anulação total ou parcial da dotação abaixo:

02 MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO
55 SEC. MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E TURISMO
27 DESPORTO E LAZER
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL
4001 GOVERNO P/ TODOS C/ RESPONS., EFICIÊNCIA E
TRANSPARÊNCIA
20460 GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE ESPORTE,
LAZER E TURISMO
33903000MATERIAL DE CONSUMO 80.000,00

TOTAL.....R\$ 80.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Monte Carmelo, 01 de Julho de 2014.

Fausto Reis Nogueira
Prefeito Municipal

Vilson Vieira Borges
Secretário Municipal de Governo

Sebastião Cassiano de Oliveira
Controlador Geral do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE
MONTE CARMELO
ESTADO DE MINAS GERAIS



DECRETO Nº 1349 DE 01 DE JULHO DE 2014.

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente."

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III, do § 1º do Art. 43, da Lei 4.320/64, do Art. 4º da Lei 1137, de 20 de dezembro de 2013, e no inciso VI do artigo 70 da lei orgânica do município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito SUPLEMENTAR no valor de **R\$ 535.300,00** (Quinhentos e trinta e cinco mil, trezentos reais), destinados ao reforço às dotações orçamentárias:

02 MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO
01 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
04 ADMINISTRAÇÃO
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL
4001 GOVERNO P/ TODOS C/ RESPONS., EFICIÊNCIA E
TRANSPARÊNCIA
20105 GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE GOVERNO
33903900 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
102.100.00

02 MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO
20 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
04 ADMINISTRAÇÃO
123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
4001 GOVERNO P/ TODOS C/ RESPONS., EFICIÊNCIA E
TRANSPARÊNCIA
20185 GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DA FAZENDA
33903900 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
36.000,00

02 MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO
25 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
12 EDUCAÇÃO
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL EDUCAÇÃO
4001 GOVERNO P/ TODOS C/ RESPONS., EFICIÊNCIA E
TRANSPARÊNCIA
20230 GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E
CULTURA
33903900 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
2.000,00

02 MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO
25 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
02 FUNDEB - FUNDO NACIONAL DESENVOLVIMENTO
EDUCAÇÃO BÁSICA
12 EDUCAÇÃO
361 ENSINO FUNDAMENTAL
4010 EDUCAÇÃO BÁSICA COM QUALIDADE PARA TODOS
20241 APOIAR INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE EDUC. ESPECIAL
33504100 CONTRIBUIÇÕES 87.000,00

02	MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO
40	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
4001	GOVERNO P/ TODOS C/ RESPONS., EFICIÊNCIA E TRANSPARÊNCIA
20350	GESTÃO DAS AÇÕES DESENVOL. SOCIAL E TRABALHO
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
2.000,00	

02	MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO	
40	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
4001	GOVERNO P/ TODOS C/ RESPONS., EFICIÊNCIA E TRANSPARÊNCIA	
20350	GESTÃO DAS AÇÕES DESENVOL. SOCIAL E TRABALHO	
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	32.000,00

02 MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO
41 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08 ASSISTÊNCIA SOCIAL
244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
4015 PROTEÇÃO SOCIAL INTEGRAL AO CIDADÃO
20355 PROMOÇÃO À PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
33903900 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
3.000,00

02	MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO
41	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
4015	PROTEÇÃO SOCIAL INTEGRAL AO CIDADÃO
20357	PROMOÇÃO À PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
5.300,00	

02 MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO
42 FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
08 ASSISTÊNCIA SOCIAL
243 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
4040 PROTEÇÃO INTEGRAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
20383 DISPONIBILIZAR O PROMAP
339036000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
12.000,00